

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: Subsídio para térmicas no Norte vai a R\$ 7,5 bi	1
Título: Bioeconomia e a Zona Franca de Manaus.....	3
Título: Lava Jato Rio denuncia empresários de ônibus.....	6
VEÍCULO: Folha de S.Paulo.....	7
Título: Ainda Belo Monte.....	7
Título: Brasil deve aderir a programa dos EUA de investimentos que tenta frear China.....	8
Título: Salles muda política ambiental do Brasil e provoca desmonte	12
VEÍCULO: O Globo	16
Título: Não era para diminuir?	16

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/12/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Subsídio para térmicas no Norte vai a R\$ 7,5 bi

O abastecimento de termoeletricas na Região Norte custará R\$ 7,5 bilhões aos consumidores de todo o País em 2020. O valor é 19% maior do que o volume pago neste ano, de R\$ 6,3 bilhões, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e têm crescido exponencialmente ano após ano – em 2018, eram R\$ 5,8 bilhões. Esse valor é usado para pagar o combustível utilizado por usinas a diesel e óleo nas regiões desconectadas do Sistema Interligado Nacional (SIN). O subsídio para as regiões isoladas foi criado como uma tentativa de fazer justiça social. O custo da energia gerada por essas usinas em Estados como Roraima, por exemplo, gira em torno de R\$ 800 por megawatt-hora (MWh), enquanto que a energia gerada em usinas das Regiões Sul e Sudeste, por exemplo, é de R\$ 306, em média, de acordo com a Associação Brasileira de Grandes Consumidores (Abrace).

Se esse custo fosse integralmente pago apenas pelos consumidores locais, a conta de luz teria um valor inviável, ainda mais considerando que a maioria da população que vive nas áreas isoladas é de baixa renda. Mas uma série de fatores fez com que esse subsídio, que era de R\$ 4 bilhões em 2013, quase dobrasse em sete anos. Um deles foi o próprio avanço do preço do combustível. Para se ter uma ideia, o diesel vendido em distribuidoras da Região Norte – uma referência para o custo do diesel não automotivo, usado pelas usinas – custava R\$ 2,15 por litro em novembro de 2013, valor que passou a R\$ 3,53 por litro em novembro deste ano, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). Outra razão é a mudança na legislação estadual do governo do Amazonas, que criou a substituição tributária para o gás – antecipando o recolhimento de ICMS para as usinas.

Esse custo é repassado ao preço da energia e não pode ser compensado. A estimativa é que isso tenha elevado a arrecadação do Amazonas em R\$ 400 milhões, custo que também é repassado para a conta de luz de todo o País. O custo de abastecimento da Região Norte incluiu ainda as perdas não técnicas das distribuidoras – mais conhecidos como “gatos”. Uma parcela das ligações de energia ilegais é repassada para as tarifas de todo o País, assim como o combustível comprado em dobro para compensar os roubos realizados por quadrilhas nos barcos que navegam nos rios. Até mesmo investimentos feitos para reduzir o custo do abastecimento da região acabaram gerando mais despesas. É o caso do gasoduto Urucu- Coari - Manaus, construído para reduzir o custo das usinas da região, substituindo o óleo e o diesel por gás. O custo projetado inicialmente pela Cigás para

construir os ramais, de R\$ 97,2 milhões em 2008, subiu para R\$ 176,7 milhões em 2011. Depois de um processo de fiscalização e anos de idas e vindas, a Aneel aprovou o valor de R\$ 134,5 milhões como reembolso para o custo desses ramais. O repasse, agora, será feito de forma retroativa, em parcelas mensais de cerca de R\$ 5 milhões até 2025.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 24/12/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Rubens Barbosa

Título: Bioeconomia e a Zona Franca de Manaus

O tema do meio ambiente entrou definitivamente na agenda global. E mais cedo ou mais tarde voltará a ser uma prioridade para o governo brasileiro, por realismo político e por razões pragmáticas.

Diante das atitudes do atual governo, são crescentes as ameaças de prejuízo para o setor do agronegócio pela possibilidade de boicote de consumidores e pela crescente influência da política ambiental sobre as negociações comerciais. A atuação na defesa dos legítimos interesses do setor está levando as associações das diferentes áreas e a frente parlamentar da agropecuária a defender mais atenção aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nos acordos assinados desde 1992 e, sobretudo, uma atenuação da retórica governamental e uma correção de rumo de algumas políticas anunciadas pelo governo.

As percepções críticas no exterior têm como foco a Amazônia. Recentemente, as queimadas e o desmatamento foram alvo de manifestações no mundo todo. Informações distorcidas e meias verdades se misturaram a fatos, ampliando as consequências negativas para nossos interesses comerciais e políticos. As diferenças quanto à gestão do Fundo Amazônico puseram em risco a cooperação internacional com Alemanha e Noruega.

Não estão em questão a soberania e a capacidade do governo de determinar as políticas para a região. As recentes manifestações no mundo inteiro, sobretudo de jovens, para sensibilizar os governos a tomar medidas que evitem as grandes alterações no clima com o aumento da temperatura no planeta, incluem a preocupação com a preservação da Floresta Amazônica.

No Brasil, nos últimos 50 anos, houve uma política declarada dos governos para integrar a Amazônia e gerar emprego para a população que habita a região. Uma das mais relevantes foi a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM), no final dos anos 60. Com subsídios anuais do governo federal que sobem atualmente a cerca de R\$ 25 bilhões, a ZFM nunca se voltou para o maior potencial da Amazônia: a floresta e a biodiversidade.

Sujeita a muitos questionamentos quanto a seus resultados em relação à preservação da floresta, ao custo/benefício das isenções e incentivos fiscais, estão surgindo algumas ideias que merecem ser examinadas. Todas vão na linha da defesa do interesse brasileiro ao defender a biodiversidade da região.

O Instituto Escolhas, sob a coordenação de Sergio Leitão (www.escolhas.org), apresentou proposta de uma nova economia para o Amazonas: a Zona Franca de Manaus e a bioeconomia. A proposta sugere um novo modelo de desenvolvimento sustentável com estímulos aos investimentos, diversificação das atividades econômicas e dinamização do parque industrial com o objetivo de integrar a ZFM com a vocação natural da região à inovação tecnológica e ao uso da biodiversidade amazônica - a bioeconomia.

Para a preservação da floresta e a interiorização do desenvolvimento e do consumo, foram definidas algumas diretrizes: desenvolvimento científico e tecnológico, com foco em inovação; uso do potencial da biodiversidade de modo sustentável; descentralização econômica e geração de ganhos sociais e ambientais; dinamização do polo industrial de Manaus e de seu modelo atual.

Com investimentos públicos e privados de R\$ 7,15 bilhões ao longo de dez anos - oriundos de concessões, parcerias público-privadas e outras -, a geração de empregos diretos e indiretos no Amazonas poderia chegar a 218 mil vagas. Só durante as obras de infraestrutura seriam gerados 12 mil empregos.

Não podem mais ser adiadas a discussão sobre uma mudança de foco nas atuais políticas públicas da ZFM e em todo o Amazonas e a definição de uma política de estímulos aos investimentos na região com o objetivo de alavancar o desenvolvimento tecnológico, produtivo, industrial e social com foco em pesquisa e desenvolvimento tripartite - governo, empresas e academia.

A geração de inovação partiria do uso de matérias-primas existentes nas diversas regiões do Estado, com ênfase nos insumos de biodiversidade. Para suscitar exportações e internacionalizar os negócios, as empresas deveriam estar capacitadas a ser competitivas para garantir a integração às cadeias globais produtivas de valor.

A análise desses elementos resultou na identificação de quatro eixos de oportunidades: bioeconomia, polo de economia da transformação digital, ecoturismo e piscicultura.

Na bioeconomia, o estudo sugere a dinamização do Centro de Biotecnologia da Amazônia para se transformar num foco de excelência da floresta. Manaus poderia ser o primeiro hub de pesquisa em bioeconomia, integrado com os principais centros de pesquisa do mundo, com conhecimento específico sobre os ecossistemas de florestas tropicais. Poderiam ser desenvolvidas pesquisas para emprego de madeira tropical em escala industrial nos sistemas estruturais da construção civil, para emprego dos produtos da floresta nas indústrias da moda e têxteis, das fibras amazônicas na indústria automobilística e de plásticos verdes, dos produtos da biodiversidade na indústria de cosméticos, das plantas e insetos para food tech.

O polo de economia da transformação digital seria viabilizado pela criação de governança tripartite para estruturar ecossistemas de inovação em tecnologia, informação e comunicação.

O ecoturismo seria desenvolvido pela identificação de nichos de interesse para realização de ecoturismo científico.

Na piscicultura, sugere-se a dinamização do Centro de Biotecnologia da Amazônia com linhas de pesquisa sobre os peixes para seu emprego em escala industrial em food service e food premium, além do couro do peixe na indústria da moda.

O Ministério da Economia está estudando um plano para o desenvolvimento econômico da região com o objetivo de discutir o regime de incentivos fiscais da União, inclusive no contexto da reforma tributária. A proposta de associar a ZFM com a biodiversidade da Floresta Amazônica poderia inicialmente complementar as atividades industriais hoje existentes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 24/12/2019**Seção:** Política**Autor:** Pedro Prata, Fausto Macedo e Caio Sartori (RIO)**Título:** Lava Jato Rio denuncia empresários de ônibus

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro denunciou ontem os empresários Jacob Barata Filho, conhecido como “rei do ônibus”, José Carlos Lavouras e João Augusto Monteiro e o perito judicial Charles Fonseca William pelos crimes de corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Segundo a Procuradoria, os empresários do setor de transportes do Estado do Rio teriam pago, de maio de 2012 a maio de 2015, R\$ 4,9 milhões ao perito em troca de laudos favoráveis. Os procuradores ainda citam a participação no esquema da transportadora de valores Transexpert, que, conforme as investigações, seria usada para ocultar valores para o ex-governador Sérgio Cabral (MDB). O emedebista fechou delação.

De acordo com os procuradores da Lava Jato que atuam no Rio, Charles William realizava “perícias favoráveis” às empresas de ônibus, “atendendo aos fins da organização” de Cabral. Um desses laudos foi referente a processos de rebaixamento de tarifas intermunicipais. Além disso, diz a Procuradoria, o perito “se articulava com terceiros” para ser nomeado no maior número possível de processos, o que, para a Lava Jato, demonstra influência de Charles William no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O Ministério Público encaminhou essas informações à Corregedoria-Geral de Justiça do TJ. “Há prova inequívoca da realização de atos de ofício praticados por Charles Fonseca William, em favor das empresas de ônibus”, afirma a acusação formal da Procuradoria.

“Como visto, Charles William se valeu de sua função de perito judicial, gozando da confiança de diversos magistrados, para se locupletar ilicitamente, aproveitando-se de sua influência em demandas judiciais que poderiam ensejar resultados desfavoráveis para as empresas de ônibus.” A equipe da força-tarefa chegou a Charles William após a colaboração premiada do ex-presidente da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Rio de Janeiro (Fetranspor) Lélis Teixeira.

O perito está preso desde o dia 5 deste mês, quando foi deflagrada a Operação Expertus, que teve como base as delações de Lélis Teixeira, do doleiro Álvaro Novis e do ex-presidente do Sindicato das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio Marcelo Traça. Defesas. O empresário Jacob Barata Filho, por meio de seu advogado, afirmou que “nem sequer conhece” Charles William e negou os crimes imputados a ele na denúncia da Procuradoria. As defesas dos outros acusados não responderam à reportagem até a conclusão desta edição. Nenhum representante da transportadora de valores.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 24/12/2019

Seção: Opinião

Autor: Pablo Ortellado

Título: Ainda Belo Monte

No dia 27 de novembro, o presidente Jair Bolsonaro inaugurou a última turbina da usina hidrelétrica de Belo Monte. A usina foi construída durante os governos petistas e inaugurada por Dilma Rousseff um pouco antes do impeachment.

Ao custo de R\$ 40 bilhões, Belo Monte foi marcada por controvérsias: sobre o enorme impacto ambiental, sobre condições de trabalho abusivas durante a construção e sobre impactos sociais nas comunidades ribeirinhas e na região de Altamira que viu explosão demográfica e ampliação alarmante do tráfico de drogas e do número de homicídios.

Vendida com a promessa de ser a maior geradora nacional de energia (depois de Itaipu, que é binacional), Belo Monte só apresenta problemas.

No último dia 12, reportagem da Reuters mostrou que a usina foi advertida pela Agência Nacional de Águas por reduzir a vazão dos reservatórios, colocando em risco a qualidade da água do Rio Xingu. Se não se adequar, a usina pode descumprir os termos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e perder a autorização para funcionar.

Na mesma semana, reportagem do jornal O Estado de S. Paulo mostrou que com a capacidade de produção pela metade, devido ao regime de águas do Xingu, a usina estuda construir também termoeletricas, mais poluentes, para completar a produção e aproveitar as linhas de transmissão ociosas.

Todas as dificuldades técnicas de explorar energia hidrelétrica em um rio com o volume e o regime de águas do rio Xingu eram conhecidas e foram amplamente debatidas antes da construção de Belo Monte.

Também foram amplamente debatidos seus profundos impactos socioambientais.

Comunidades indígenas, comunidades ribeirinhas e o movimento ambientalista tentaram alertar a sociedade e lutaram como puderam para impedir a construção.

Mas uma espécie de convicção desenvolvimentista bruta que foi adotada pelo PT e segue sendo adotada por Bolsonaro parece minimizar os problemas —por isso o líder indígena Raoni diz que “a luta contra Bolsonaro é a mesma contra Lula e Dilma”. Em entrevista à BBC, quando ainda estava na prisão, Lula fez questão de dizer que tinha “orgulho” da construção de Belo Monte e que ela tinha sido feita de forma “responsável”.

As delações de Delcídio Amaral, do engenheiro Luiz Carlos Martins, da Camargo Correa e de Antonio Palocci coincidem em apontar desvios dos recursos da construção de Belo Monte para pagar propina para PT e PMDB. Se as acusações se confirmarem, pode ser que a insistência em construir o monstro ecocida não seja fruto apenas de insensibilidade ambiental.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 24/12/2019

Seção: Mundo

Autor: Patrícia Campos Mello

Título: Brasil deve aderir a programa dos EUA de investimentos que tenta frear China

'América Cresce', que financiará infraestrutura, é resposta americana à expansão asiática na região

São Paulo - O Brasil vai assinar em breve um memorando de entendimento para participar da iniciativa "América Cresce" (Growth in the Americas), programa de investimentos em setores estratégicos na América Latina, lançado pelos Estados Unidos para competir com a Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative ou, informalmente, nova rota da seda), da China.

Argentina, Chile, Jamaica e Panamá já entraram oficialmente no programa americano, e o Peru está em processo. No Brasil, o governo aguarda apenas um parecer jurídico no Ministério da Economia.

O América Cresce deve focar investimentos em infra-estrutura e, especialmente, energia e telecomunicações.

Os EUA não especificam quanto o programa vai oferecer de financiamento; dizem apenas que o objetivo é ajudar os países da região a atrair investimento privado para setores prioritários e que vão usar recursos e assistência técnica de diversas agências do governo americano.

Uma das agências envolvidas no programa, a Corporação Internacional de Financiamento para o Desenvolvimento, foi criada no fim do ano passado pelo governo de Donald Trump para substituir a antiga Corporação para o Investimento Privado no Exterior (Opic) e tem a missão de financiar projetos estratégicos para a política externa dos Estados Unidos.

A corporação teve seu orçamento elevado pelo Congresso para US\$ 60 bilhões (R\$ 244 bilhões), com o objetivo de servir de contraponto à expansão dos investimentos chineses no mundo, principalmente em telecomunicações, e brecar o aumento da influência global exercida pelo gigante asiático.

O governo chinês tem expandido seus investimentos em infraestrutura na América Latina e oferece habitualmente financiamento do Banco Chinês de Desenvolvimento (BCD), do EximBank chinês e de bancos estatais, com juros subsidiados. De acordo com estudo de Kevin Gallagher, da Universidade de Boston, o BCD mantém um portfólio de US\$332 bilhões (R\$

1,3 trilhão) em empréstimos internacionais, 50% maior do que o montante de empréstimos do Banco Mundial.

Uma das grandes preocupações do governo americano é a expansão da gigante chinesa Huawei como fornecedora de infraestrutura para o 5G, a próxima geração de telefonia, que é dez vezes mais rápida do que a atual e é essencial para o avanço de carros autônomos e projetos de inteligência artificial. O leilão de 5G no Brasil deve ocorrer no fim de 2020.

Os EUA pressionam para que o Brasil barre a Huawei do fornecimento, afirmando que ela representa uma ameaça à segurança nacional, porque compartilha informações com o governo chinês. A empresa nega. Os chineses oferecem o pacote mais barato na comparação com os concorrentes (Ericsson e Nokia), dão financiamento barato e podem retaliar o Brasil em áreas importantes, caso sejam excluídos do fornecimento.

O governo dos EUA proibiu agências federais e empresas americanas de negociar equipamentos de 5G com a Huawei. Por enquanto, sob pressão dos americanos, só a Austrália vetou a empresa chinesa, em julho do ano passado, enquanto a Nova Zelândia impediu operadoras de comprar seus equipamentos, citando riscos à segurança da rede, algo que também ocorreu no Vietnã e no Japão.

Em entrevista ao Financial Times publicada nesta segunda-feira (23), o presidente da Corporação Internacional de Financiamento para o Desenvolvimento, Adam Boehler, afirmou que ela será usada para financiar investimentos em alta tecnologia, como 5G. “A resposta à Huawei não é ‘não comprem Huawei’ e ponto final. Precisamos de uma alternativa eficiente e viável”, disse ao jornal inglês.

A estimativa total de investimentos da iniciativa chinesa Cinturão e Rota (BRI) é de US\$ 1 trilhão (R\$4,08 trilhões) ao longo de dez anos, iniciados em 2017. Entre os países das Américas, Chile, Jamaica, Panamá e Peru já assinaram memorandos de entendimento para participar da BRI. O Brasil, não.

Durante a cúpula do Brics em Brasília, em novembro, o dirigente chinês Xi Jinping acenou com a possibilidade de o Brasil receber investimentos da BRI. Em agosto, a cônsul da China no Recife, Yan Yuqing, festejou os investimentos de empresas chinesas de telecomunicações em “cidades inteligentes e seguras, governança eletrônica e comércio eletrônico no

Nordeste”. E disse à Folha que a China está disposta “a contribuir para o desenvolvimento da tecnologia de informação no Brasil sob o BRI”.

A China aposta em uma ofensiva de charme —e investimentos— para conquistar o governo brasileiro. O Planalto era bastante refratário a uma aproximação com a China, mas vem assumindo uma posição mais pragmática após a visita do presidente Jair Bolsonaro ao país, em outubro.

Durante a cúpula do Brics, Xi anunciou que a China colocaria US\$ 100 bilhões de fundos estatais à disposição para investimentos no Brasil. Logo depois, o presidente Bolsonaro recebeu no Planalto o CEO da Huawei no Brasil.

Antes, a China já tinha salvado o leilão do pré-sal do fiasco. Para evitar a ausência de interessados estrangeiros no leilão, Bolsonaro havia pedido a Xi que as petroleiras chinesas participassem do certame —as estatais CNOOC e CNODC entraram com participação de 5% cada uma no consórcio que arrematou o campo de Búzios.

O América Cresce foi iniciado em 2018 como um programa voltado apenas para energia, mas agora foi relançado para abarcar infraestrutura e telecomunicações. Ele segue outros programas de mesmo estilo lançados pelos EUA — Asia ED GE initiative, para investimento na área de energia no IndoPacífico, e o Prosper Africa, para aumentar comércio e investimento na África.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 24/12/2019

Seção: Mundo

Autor: Patrícia Campos Mello

Título: Salles muda política ambiental do Brasil e provoca desmonte

País ficou com imagem arranhada após queimadas, desmate e atuação na COP-25

Danielle Brant e Phllippe Watanabe

Brasília e São Paulo No primeiro ano do que o ministro Ricardo Salles chamou de ambientalismo de resultados, o Brasil assistiu ao desmonte de órgãos de fiscalização e gestão, viu o aumento recorde de queimadas e desmatamento (com direito a alta repercussão negativa internacional), demorou a agir no mais extenso desastre ambiental do litoral do país e perdeu bilhões de reais com o fim do Fundo Amazônia e a posição de liderança que tinha nas negociações internacionais de clima.

Salles chegou à pasta com a proposta de conciliar ruralistas e ambientalistas e diminuir conflitos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com o setor produtivo. Também disse, em diferentes ocasiões, que o MMA não poderia se preocupar apenas com a Amazônia, mas também com os resíduos urbanos.

A gestão também se distanciou de ONGs ambientais, quase ausentes na agenda oficial, e se aproximou do setor privado. Em uma das poucas ações elogiadas por ambientalistas, Salles aumentou a velocidade na concessão de parques à iniciativa privada.

Outra marca do governo foi a crítica aos próprios órgãos públicos de fiscalização ambiental. Logo no início de sua gestão, Salles seguiu a linha do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que fora multado pelo Ibama em 2012, e começou afazer acusações ao órgão. Nos primeiros dias no cargo, o mandatário e o ministro questionaram um contrato de R\$ 28,7 milhões para aluguel de veículos no Ibama, em defesa do enxugamento da máquina pública.

Após a acusação, a então presidente do Ibama, Suely Araújo, pediu exoneração.

Na política externa, desde o início Salles adotou uma tática de confronto com países europeus. Quando Alemanha e França criticaram a política ambiental brasileira, em especial no combate ao desmatamento na

Amazônia, ele aplicou o mesmo discurso de Bolsonaro de que se tratava de tentativa de interferência na soberania do país.

A mudança da política ambiental brasileira ficou clara na COP-25 (Conferência do Clima da ONU), realizada no início deste mês em Madri. Membros da comitiva do país ficaram alarmados com a transformação vista no evento.

Se antes o Brasil ajudava na construção do texto final das conferências, desta vez foi lá para “tumultuar”, nas palavras do deputado federal Rodrigo Agostinho (PSB-SP), que é presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara e esteve na COP-25.

“Não é usual um ministro de Meio Ambiente conduzir processos de negociação. Pela primeira vez o Brasil não foi para construir”, avalia.

Na COR o Brasil foi o principal país a bloquear o artigo 6 do Acordo de Paris, que fala da criação de um mercado de carbono para incentivar ações de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Para desbloquear a negociação, Salles pediu dinheiro para o Brasil em reuniões bilaterais.

Outro destaque negativo no âmbito de relações internacionais foi o fim do Fundo Amazônia, que está paralisado desde que Salles atacou os contratos com ONGs —sem apresentar provas— e Bolsonaro extinguiu os conselhos que geriam as doações enviadas por Noruega e Alemanha.

A agenda propositiva também é problemática. Salles afirma, desde o início de sua gestão, que o saneamento e gestão de resíduos sólidos urbanos eram alguns dos temas ao qual se dedicaria, mas segundo Maurício Voivodic, diretor executivo da ONG WWF-Brasil, não houve propostas que a curto ou médio prazo possam trazer melhorias.

“Na questão de plásticos, por exemplo, o Brasil foi contra um acordo internacional de combate a plástico no oceano, em uma reunião da ONU.”

A Folha procurou a pasta em busca de dados sobre os principais projetos do ministério e os planos para 2020, mas não obteve resposta até a publicação desta reportagem.

O ano ambiental também foi marcado por uma série de crises, às quais Salles muitas vezes reagiu com demora ou negação. Foi o caso das queimadas nas florestas. Até 1º de setembro, o número de focos

de incêndio havia batido recorde dos últimos nove anos, com 91.891 pontos de fogo.

Em seu discurso, o ministro defendia que o problema era causado pela seca, e não por um aumento de incêndios criminosos. Pesquisas mostraram que a seca estava em níveis normais, o que contraria seu discurso. Contudo, em visita ao Mato Grosso, recuou.

Junto ao fogo, cresceu o desmatamento, também alvo de gestão desastrosa. Diante de dados do Deter (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real), do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que mostravam um disparo do desmate em junho e julho, Salles embarcou no discurso de Bolsonaro de fortes críticas a Ricardo Galvão, o então presidente do instituto.

Galvão se defendeu em entrevistas à imprensa. À Folha ele disse que até poderia ser demitido, mas que o Inpe era sólido o suficiente para resistir aos ataques do governo. A exoneração veio em seguida.

Em novembro, foram divulgados os dados anuais de destruição da Amazônia, e o alerta feito por todos os pesquisadores da área se concretizou.

Entre agosto de 2018 e julho de 2019, o Brasil registrou o desmatamento recorde na Amazônia da década. Segundo o sistema de monitoramento Prodes, que oferece o dado mais preciso, com nível de confiança superior a 95%, foram destruídos 9.762 km², um aumento de 29,5% em comparação com o ano anterior.

Ao mesmo tempo, o número de autuações ambientais atingiu o menor nível (3.445) desde o período 2011-2012.

Em entrevista à Folha no primeiro mês de sua gestão, Salles criticou a fiscalização do desmatamento do governo passado. Ele afirmou: “Nós tivemos um aumento de 14% do desmatamento no último ano apesar da fiscalização e apesar dos investimentos vultosos que foram feitos para essa fiscalização. Se a gente tivesse uma fiscalização eficiente, a tendência era isso caminhar para zero.”

Salles ainda se viu às voltas com o pior desastre ambiental da história do litoral brasileiro, com o vazamento de óleo nas praias do Nordeste.

O governo demorou a agir e só colocou em ação o PNC (Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional) em 11 de outubro, 43 dias após o início do vazamento. Em abril, Bolsonaro havia extinto conselhos PNC, o que pode ter afetado a velocidade de resposta.

Desde o início da crise ambiental, no final de julho, 4,7 mil toneladas de óleo foram recolhidas na extensão do Maranhão ao Rio de Janeiro. Apesar da diminuição da chegada de combustível nas praias brasileiras, ainda há o risco de parte do material estar armazenado em bolsões marinhos, com chance de vazar.

O governo federal já identificou que o produto vazado é oriundo de três campos venezuelanos, mas a responsabilidade pelo desastre ambiental ainda não foi esclarecida.

Neste ano, Salles também desmontou estruturas ambientais que já existiam, como o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), criado para ajudar na elaboração e implementação da política ambiental brasileira.

Em maio, ele reduziu o número de cadeiras do conselho (de 96 para 23) e também a participação da sociedade civil, dando mais poder decisório para o governo federal.

No ministério, superintendências importantes, algumas dentro do Ibama, continuam sem ser preenchidas. “Se você não tem um chefe, nada funciona. Porque é o chefe que autoriza as operações, é o chefe que autoriza as diárias, é o chefe que organiza as ações dentro do estado. Isso, de maneira muito clara, foi desmontado e é crime de responsabilidade”, afirma o deputado federal Rodrigo Agostinho.

Por outro lado, Salles adotou como mantra a aplicação de um ambientalismo de resultado no ministério, que aliaria preservação ambiental com economia.

“O Ricardo nunca foi uma pessoa da área ambiental. Mesmo em São Paulo, nunca participou de nenhuma audiência pública, de nada. Fala em ambientalismo de resultado, então quero que me mostre um resultado positivo”, diz Agostinho.

Com a mudança de gestão, outros ministérios assumiram o protagonismo do debate ambiental no governo Bolsonaro, na visão do deputado.

“Na ausência de um Ministério do Meio Ambiente que consiga fazer uma defesa de sustentabilidade de uma forma adequada, ganha força o Ministério da Agricultura, ganha força o Ministério da Ciência e Tecnologia e ganha força, por incrível que pareça, o Ministério da Economia”, disse.

“O Ministério da Economia está fazendo grandes debates internos sobre sustentabilidade, sobre a questão tributária que o Ministério do Meio Ambiente não está fazendo”.

Ao mesmo tempo, Salles enfrentou problemas com a Justiça. Ele se tornou réu em ação penal por crime contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural, por ter ordenado, em 2017, que um busto de Carlos Lamarca (1937-1971) fosse retirado de seu pedestal e é investigado por suspeita de pressionar policiais e delegados para tentar direcionar inquéritos e processos enquanto era secretário estadual de Meio Ambiente de São Paulo.

Em outro processo, o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a quebra dos sigilos fiscal e bancário do ministro a pedido do Ministério Público, que investiga possível enriquecimento ilícito no período em que Salles trabalhou no governo Alckmin.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/12/2019

Seção: Coluna

Autor: Ancelmo Gois

Título: Não era para diminuir?

Enquanto não vem a abertura do mercado do gás, prometida pelo governo federal em julho, com o propósito de reduzir o preço em até 40%, a Petrobras faz a festa. Segundo o consultor Adriano Pires, as distribuidoras de gás do Centro Sul e do Nordeste fizeram uma chamada pública para comprar o produto para 2020 e 2021. Só apareceu a estatal oferecendo um preço 20% maior.

MME / ASCOM.